Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

MPDFT apura uso indevido de viaturas da Polícia Civil do DF

Vinícius de Melo/Agência Brasília

Uma apuração do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) levantou várias situações de uso indevido de viaturas oficiais pela Polícia Civil do Distrito Federal em deslocamentos particulares, inclusive em finais de semana e feriados. O material foi encaminhado ao Ministério Público de Contas para compartilhamento de apurações. As investigações indicaram a ocorrência de servidores autuados em flagrante pelo crime de embriaguez ao volante, ao conduzirem viaturas descaracterizadas da PCDF; servidores que teriam se envolvido em acidente de trânsito, ao conduzir viatura oficial da PCDF, transportando como passageira a namorada; servidor que utilizou viatura em atividades desvinculadas da prestação do serviço policial; e servidor que se utilizou indevidamente da viatura policial ao transportar esposa e filha, além de desobedecer ordem dos policiais que o pararam em ponto de bloqueio, gerando perseguição, sendo, posteriormente, parado e conduzido à delegacia de polícia, onde foi autuado por direção perigosa.

Exemplos

Segundo o Ncap, forças de segurança de São Paulo, de Goiás, de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, além da Polícia Federal, já adotaram o GPS nas viaturas. Além disso, a Polícia Militar do DF dispõe de monitoramento por meio do rastreamento, via GPS, em todas as viaturas da frota, inclusive as empregadas no policiamento oculto e nas atividades de inteligência, utilizando-se de rádios de comunicação com tecnologia digital Tetra, tanto nos portáteis quanto nos instalados nos veículos.

Vinícius de Melo/Agência Brasília

Responsabilização

Segundo a representação do Ncap, eventual desvio de finalidade na utilização de recursos públicos, ou seja, de combustível e uso das viaturas da Polícia Civil do DF, pode provocar ações judiciais. "Além de causar dano ao erário, impacta diretamente na qualidade e na eficiência do serviço a ser prestado à população, o que pode ensejar a responsabilização administrativa, cível e criminal dos policiais envolvidos e dos ocupantes dos cargos de gestão da Polícia Civil, inclusive por omissão", afirmam os promotores de Justiça Natália Magalhães Wanderlei e Márcio Wagner Vieira Albuquerque, do Ncap, na representação.

Uso de GPS

Para melhorar o controle do uso de viaturas, o Ncap encaminhou à Polícia Civil uma recomendação para que a corporação adote o GPS para o monitoramento do uso e o registro da localização das viaturas da instituição. Relatório de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) realizada para avaliar a gestão da frota de veículos da PCDF apontou também a possibilidade de monitoramento do uso das viaturas por intermédio dos rádios digitais com tecnologia Tetra, sendo necessário o aporte de investimentos em equipamentos, softwares e a formalização de contratos de manutenção. A adoção do rastreamento por GPS nas viaturas já foi objeto de decisão por parte do TCDF. A PCDF tem até 30 dias, a contar do recebimento da recomendação, para informar o MPDFT sobre a adoção das medidas.

Vigilante defende militar

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Presidente da CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa, o deputado Chico Vigilante (PT) acredita que o depoimento do major José Eduardo Natale, que aparece em vídeo dando água para os invasores no Palácio do Planalto, foi "esclarecedor". "Não houve sabotagem por parte do major e nem qualquer facilitação aos golpistas", afirma o petista. O militar disse que forneceu água para aliviar a tensão dos agressores.

Kokay: "Parem de nos matar"

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

A deputada federal Érika Kokay (PT-DF) lamentou ontem a ocorrência de mais um feminicídio ocorrido no Distrito Federal neste ano. Algo que não pode ser banalizado. "A violência de gênero atinge os mais diversos corpos e encontra nas mulheres em situação de rua uma repercussão e um repúdio quase nulos na sociedade. Precisamos dar visibilidade à existência dessas mulheres, muitas delas em situação de rua justamente para fugir da violência de seus maridos. Enfrentar o machismo e a misoginia, em todas as suas faces, é tarefa básica de um país que se almeja democrático. Nós não aguentamos mais. Parem de nos matar!", afirmou.

Investimento no patrimônio cultural

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) iniciou ontem o chamamento público para seleção de projetos de arquitetura e engenharia que precisam de investimentos para a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. O programa é parte do Novo PAC, lançado pelo presidente Lula. Serão selecionados 100 projetos para ações de restauro, conservação e promoção de bens culturais brasileiros. As inscrições vão até 10 de novembro de 2023.

"Israel, a única democracia no Oriente médio, covardemente atacada por um grupo terrorista, o mesmo que parabenizou Lula pela sua eleição no Brasil. Como Embaixadora da Paz na Terra Santa, registro meu total repúdio a esses ataques e meu apoio a Israel. Vamos rezar pelas vítimas, civis e militares, homens, mulheres e crianças, cujas vidas foram ceifadas por essa barbárie"

Deputada Bia Kicis (PL-DF)

Myke Sena / Câmara dos Deputados

SÓ PAPOS

"Tenho uma trajetória de apoio e solidariedade à luta do Povo Palestino e em defesa do seu território e reafirmo aqui esse compromisso histórico. Lamento profundamente a morte de civis e me solidarizo com todas as famílias das centenas de vítimas que perderam as vidas. A ocupação prolongada dos territórios palestinos e a incapacidade das fóruns internacionais em fazer cumprir as resoluções da ONU são o pano de fundo para compreendermos esse novo capítulo de um processo de violências e privações que jamais poderiam ter sido toleradas"

Paulo Pimenta, *Ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República,*

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

»ENTREVISTA | **GABRIELA JARDON** | TITULAR DA 6ª VARA CÍVEL DO TJDFT

Ao *CB.Poder*, a magistrada comentou sobre a desigualdade de gênero que persiste na Corte. A presença feminina é de 37% entre os desembargadores e de 24% na segunda instância. Segundo ela, as demais UFs têm as mesmas disparidades

Mulheres são minoria no Judiciário do DF

» CARLOS SILVA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Aponte a câmera do celular para o QR Code e confira a entrevista

A desigualdade de gênero no Judiciário foi tema do CB.Poder *— parceria entre* ***Correio*** *e TV Brasília — de ontem. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Thays Martins, a juíza Gabriela Jardon, titular da 6ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), falou sobre o cenário na Corte e a respeito da disparidade entre o número de mulheres que cursam direito e a presença feminina na magistratura, que é bem menor.*

A senhora tem um vasto estudo a respeito da igualdade de gênero no Judiciário. Pode descrever essa situação do TJDFT em relação a essa questão?

Aqui no TJDF a gente acaba sendo retrato dos demais tribunais estaduais, apesar de termos uma natureza híbrida, um tribunal estadual e distrital. Mas, dentre, os tribunais do mesmo porte e que têm essa competência estadual, o TJDF acaba reproduzindo as estatísticas conhecidas. Hoje, temos na primeira instância por volta de 37% de mulheres desembargadoras e, na segunda instância, 24%. São dados de 2022, que foram colhidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse é o nosso retrato. Existe no TJDF, como no país inteiro, em todas as instâncias, em todos os tribunais, de todas as competências — com exceção da Justiça do Trabalho, que tem uma situação particular e na segunda instância eles já igualaram, têm 50% de participação feminina. Existe essa desigualdade, que agora está em cheque.

As mulheres são maioria na população, nos cursos de direito e também na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Por que essa disparidade?

É uma estrutura super complexa, patriarcal, de onde não infrequentemente deriva uma estrutura misógina. São várias as barreiras. O que sabemos, por construção das ciências sociais e por pesquisas como essas todas do CNJ, que estão baseando toda essa discussão, é que as mulheres se perdem no encaminhamento para essas carreiras, muito devido ao que chamaremos na academia de divisão sexual do trabalho doméstico. Seriam os afazeres. O cuidado da vida humana ainda é super feminino. Estatisticamente, é calculado que 98% do trabalho doméstico, hoje, no Brasil, seja feito por mulheres, contratadas ou não. É muito alto. O trabalho com essa administração da vida, dos filhos, dos idosos, das pessoas com deficiência, de todo mundo ainda é majoritariamente entregue às mulheres. Como explicamos que nos cursos de direito somos maioria (54%), mas o ingresso na magistratura cai para 37%? Esses 17% onde estão? Alguns podem pensar que essa diferença é pouca. Não é pouco, porque, se não há algo externo que está interferindo, a tendência é que se reproduzam os mesmos percentuais, mas eles caem significativamente.

No início da carreira é comum os juízes recém-nomeados trabalharem em locais mais distantes. Aí, entram questões que não dizem respeito apenas à mulher, mas à família. Como isso impacta?

No Distrito Federal, não temos nada muito longe, por causa das nossas dimensões, então, não nos mudamos. Normalmente, a pessoa fica onde já é seu domicílio, mas as outras colegas, dos outros 26 estados da federação, têm que se mudar. Lembro de conhecer colegas que ficavam a dez horas da capital do Mato Grosso, Cuiabá. Às vezes, local em que não se chega nem com avião. A profissão é muito capilarizada, o que é uma coisa linda, primeiro necessária e, depois, para quem gosta, é bonito ver a Justiça chegar tão longe, em lugares tão pequenos. Qual é a mulher que dos 25 aos 35 — que é a faixa etária em que a gente normalmente ingressa na carreira — vai ter esse suporte para poder não estar cuidando da sua família?

O início da carreira é um momento muito delicado — em geral, quando a juíza está entre 25 e 35 anos — e numa fase, muitas vezes, de consolidação da maternidade, do casamento. E ainda tem responsabilidades em relação aos pais. Isso é levado em conta quando se discute a realidade da mulher no Judiciário?

Indiretamente, sim. Em todas as instâncias isso foi discutido e acho que uma das primeiras coisas a serem faladas quando começamos a tentar entender esse fenômeno é: por que as mulheres estão em menor número? Essa particularidade da carreira certamente afasta as mulheres. Aí, você pensa: "mas as mulheres estarem tão encarregadas dos cuidados é um dado natural?". Não, é um dado social, é uma construção social. Implementar a paridade no Judiciário vai fazer alguma coisa com isso que é tão maior que o Judiciário? Não diretamente, mas, com certeza, vai minando as bases de algo muito maior e que só é transformável com essas iniciativas à mão. Não tem como decretar que, a partir de agora, as famílias se dividam melhor. Não é assim que a coisa funciona.

***Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso**